



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Judiciária Especialidade Execução de Mandados

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

Ganhamos a guerra, não a paz

Os físicos se encontram numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel. Ele inventou o mais poderoso explosivo jamais conhecido até sua época, um meio de destruição por excelência. Para reparar isso, para aplacar sua consciência humana, instituiu seus prêmios à promoção da paz e às realizações pacíficas. Hoje^(), os físicos que participaram da fabricação da mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos sentem-se atormentados por igual sentimento de responsabilidade, para não dizer culpa. E não podemos desistir de advertir e de voltar a advertir, não podemos e não devemos relaxar em nossos esforços para despertar nas nações do mundo, e especialmente nos seus governos, a consciência do inominável desastre que eles certamente irão provocar, a menos que mudem sua atitude em relação uns aos outros e em relação à tarefa de moldar o futuro.*

Ajudamos a criar essa nova arma, no intuito de impedir que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós, o que, dada a mentalidade dos nazistas, teria significado uma inconcebível destruição e escravização do resto do mundo. Entregamos essa arma nas mãos dos povos norte-americano e britânico, vendo neles fiéis depositários de toda a humanidade, que lutavam pela paz e pela liberdade. Até agora, porém, não conseguimos ver nenhuma garantia das liberdades que foram prometidas às nações no Pacto do Atlântico. Ganhamos a guerra, não a paz. As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas quanto aos acordos de paz. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre do medo, mas, na verdade, o medo aumentou enormemente desde o fim da guerra. Prometeu-se ao mundo que ele ficaria livre da penúria, mas grandes partes dele se defrontam com a fome, enquanto outras vivem na abundância. (...)

Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos. Do contrário, a civilização humana estará condenada.

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994)

(*) Este texto foi escrito em 1945, logo depois do fim da II Guerra Mundial.

1. Ao escrever esse texto, o grande físico Albert Einstein preocupou-se sobretudo em formular uma grave advertência contra

- (A) a pacificação do mundo por meio da ação de governos totalitários.
- (B) a perigosa instabilidade gerada pelo Pacto do Atlântico.
- (C) o novo potencial belicoso da situação de pós-guerra.
- (D) o poder de devastação representado pelo invento de Alfred Nobel.
- (E) o espírito do armistício assinado pelas grandes potências.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A criação e a entrega da *mais aterradora e perigosa arma de todos os tempos* aos norte-americanos e britânicos se deram em meio a uma perigosa e disputada corrida armamentista.
- II. Einstein mostra-se insatisfeito quanto aos termos em que se configurou o Pacto do Atlântico, um acordo em si mesmo tímido e incapaz de gerar bons resultados.
- III. Einstein inclui-se entre os responsáveis pelo término da guerra e pela derrota dos nazistas, mas declina de qualquer responsabilidade quanto a uma futura utilização da nova e devastadora arma.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

<p>3. A atitude de vigilância, para a qual Einstein convoca a todos nesse texto, deve materializar-se, conforme deseja o grande físico,</p> <p>(A) numa advertência contra os preocupantes riscos representados pela iminente reorganização dos nazistas.</p> <p>(B) na conscientização dos vitoriosos quanto à necessidade de se entenderem e de assumirem suas responsabilidades diante do futuro.</p> <p>(C) no cumprimento das exigências feitas pelos cientistas quando se propuseram a elaborar as condições do Pacto do Atlântico.</p> <p>(D) na manutenção das auspiciosas condições políticas do pós-guerra, marcadas pela derrota dos nazistas.</p> <p>(E) na constituição de um novo tratado que, indo de encontro ao Pacto do Atlântico, represente um esforço de real pacificação.</p>	<p>7. Quanto às normas de concordância verbal, está inteiramente correta a frase:</p> <p>(A) Einstein não deseja que se acusem os físicos de se omitirem quanto às suas responsabilidades depois da guerra, para cujo fim deram importante contribuição.</p> <p>(B) A todos aqueles que ajudaram a criar a nova e terrível arma devem-se responsabilizar por toda e qualquer omissão diante da construção do futuro da humanidade.</p> <p>(C) Não cabem aos físicos, de fato, tomar as medidas que redundem no efetivo controle da utilização da nova arma, o que não significa que eles devam se omitir sobre o assunto.</p> <p>(D) Se a quaisquer dos físicos fossem permitido tomar decisões quanto à utilização da nova arma, provavelmente haveria nelas mais sensatez do que nas dos políticos.</p> <p>(E) Não se impute aos físicos todas as responsabilidades por alguma desastrosa utilização da nova arma, pois não pertencem a eles as iniciativas políticas.</p>
<p>4. Quanto à sua construção interna, as frases <i>Ganhamos a guerra, não a paz</i> e <i>As grandes potências, unidas na luta, estão agora divididas</i> têm em comum</p> <p>(A) um jogo entre alternativas.</p> <p>(B) uma relação de causa e efeito.</p> <p>(C) a formulação de uma condicionalidade.</p> <p>(D) a articulação de uma hipótese.</p> <p>(E) a exploração de antíteses.</p>	<p>8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>que os inimigos da humanidade a obtivessem antes de nós</i>, a forma verbal resultante deverá ser</p> <p>(A) tivessem obtido.</p> <p>(B) seria obtida.</p> <p>(C) fosse obtida.</p> <p>(D) viessem a obter.</p> <p>(E) teria sido obtida.</p>
<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:</p> <p>(A) <i>numa posição não muito diferente da de Alfred Nobel</i> = em atitude inteiramente similar à de Alfred Nobel.</p> <p>(B) <i>para aplacar sua consciência humana</i> = para obliterar seu juízo sobre a humanidade.</p> <p>(C) <i>dada a mentalidade dos nazistas</i> = em que pese a consciência dos nazistas.</p> <p>(D) <i>vendo neles fiéis depositários</i> = reconhecendo-os como confiáveis guardiões.</p> <p>(E) <i>consciência do inominável desastre</i> = concepção inevitável da tragédia.</p>	<p>9. Estando inadequado o emprego da expressão sublinhada, a frase será corrigida por meio da substituição dessa expressão pela que vem entre parênteses, em:</p> <p>(A) As liberdades <u>em cujas</u> os cientistas devem se empenhar dizem respeito ao modelo da vida democrática. (das quais)</p> <p>(B) Os povos <u>a cujos</u> se confiou a missão crucial de utilizar politicamente o potencial da nova arma foram os britânicos e os norte-americanos. (nos quais)</p> <p>(C) A instituição <u>na qual</u> criação Alfred Nobel pretendeu aplacar sua consciência premia, até hoje, aqueles que se destacam na luta pela paz. (pela qual)</p> <p>(D) As promessas do Pacto do Atlântico, <u>com cujas</u> se pretendia tranquilizar o mundo, deixaram de ser cumpridas pelos signatários. (com as quais)</p> <p>(E) Os novos desastres <u>a quem</u> Einstein temia que a humanidade viesse a se submeter permaneceram incubados no período da Guerra Fria. (a cujos)</p>
<p>6. <i>Possa o espírito que motivou Alfred Nobel a criar sua notável instituição, o espírito de fé e confiança, de generosidade e fraternidade entre os homens, prevalecer na mente daqueles de cujas decisões dependem nossos destinos.</i></p> <p>Observa-se que na construção do período acima, se empregou o verbo</p> <p>(A) poder como auxiliar do verbo criar.</p> <p>(B) criar como auxiliar do verbo prevalecer.</p> <p>(C) motivar como auxiliar de prevalecer.</p> <p>(D) criar como auxiliar do verbo poder.</p> <p>(E) poder como auxiliar do verbo prevalecer.</p>	

<p>10. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A dissuasão do inimigo poderoso, do qual se teme a força da obsessão irracional, pode ocorrer por meio de uma arma de potência inescdível.</p> <p>(B) Se as armas não discriminam suas vítimas, não há por que não possam voltar-se contra os que as manejem, alheias aos supostos privilégios de quem as aciona.</p> <p>(C) A cisânia imposta pelos nazistas aqueles que não foram exterminados está na raiz de alguns conflitos que até hoje prevalecem no Oriente Médio.</p> <p>(D) Em textos sucintos, Einstein promoveu a discussão de temas melindrosos, condenando a todos os que infringem as normas democráticas.</p> <p>(E) Einstein admitia dissenções em discussões científicas, mas era intransigente quanto aos valores éticos que devem nortear nossa vida.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto que segue.</p> <p><i>Durante a travessia do rio, os romeiros temeram que o barquinho não suportasse a força da correnteza e acabasse virando. Começaram a rezar com fé e entusiasmo, mas por precaução evitavam o mínimo movimento do corpo. Deus ajuda, mas não convém facilitar.</i></p> <p>13. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte versão do texto:</p> <p>(A) Já que começaram a rezar com fé e entusiasmo, os romeiros evitavam o mínimo movimento do corpo, conquanto temessem que o barquinho virasse ao não suportar a força da correnteza do rio. Não convém facilitar, se Deus ajuda.</p> <p>(B) Temendo que o barquinho não suportasse a força da correnteza do rio que estavam atravessando, os romeiros evitavam qualquer movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo. Sim, Deus ajuda, mas é preciso colaborar.</p> <p>(C) Os romeiros começaram a rezar com fé e entusiasmo, sendo que precavidamente evitavam o mínimo movimento do corpo ao atravessar o rio, cuja a correnteza temiam de que o barquinho não suportasse. Quando vem ajuda de Deus, convém não facilitá-la.</p> <p>(D) Muito embora evitassem o mínimo movimento do corpo enquanto rezavam com fé e entusiasmo, os romeiros preocupavam-se de que o barquinho não fosse resistindo à força da correnteza do rio. Ainda que Deus ajude, nem por isso tudo é fácil.</p> <p>(E) O mínimo movimento do corpo era evitado pelos romeiros, ao passo que começaram a rezar com fé e entusiasmo em vista de que o barquinho não suportaria a força da correnteza do rio.</p>
<p>11. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não é incomum que muitos cientistas venham se arrepender de haverem criado um artefato que o uso arbitrário acarreta malefícios, quando a intenção era oposta.</p> <p>(B) Einstein não tem dúvida quanto aos efeitos catastróficos de que os alemães tivessem acessado antes à tecnologia que os levassem à criação de uma arma tão fatídica.</p> <p>(C) Einstein, invocando o nome de Alfred Nobel, mostra compreender como são preocupantes os efeitos que podem advir da utilização de uma nova e poderosa arma.</p> <p>(D) A alternativa entre a construção de um futuro positivo e a destruição da civilização humana incluem-se naqueles que prefeririam nem pensar nela como uma realidade.</p> <p>(E) O que o título do texto conota é que se torna por vezes mais fácil de ganhar a guerra do que de alcançar a paz, pois nesta depende de que se supere a simples visão bélica.</p>	
<p>12. <i>Ajudamos a criar essa nova arma no intuito de impedir que os inimigos tivessem acesso antes de nós a essa nova arma.</i></p> <p>Valendo-se do emprego de pronomes, estará correta a seguinte reconstrução da frase acima:</p> <p>(A) Ajudamos a criar-lhe no intuito de impedir eles de acessarem antes de nós essa nova arma.</p> <p>(B) Ajudamos a criá-la no intuito de lhes impedir o acesso dos inimigos a essa nova arma antes de nós.</p> <p>(C) Ajudamo-la a criar no intuito de impedir-lhes que eles tivessem acesso à ela antes de nós.</p> <p>(D) Ajudamos a criá-la no intuito de impedir que eles tivessem acesso a ela antes de nós.</p> <p>(E) Ajudamos a criá-la no intuito de os impedir de acessar-lhe antes de nós.</p>	<p>14. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Os romeiros temendo que o barquinho não suportasse a correnteza, que era forte naquele trecho do rio passaram a rezar, evitando de qualquer modo o mínimo movimento do corpo.</p> <p>(B) Se é certo que Deus ajuda – pensavam os romeiros, não custa facilitar as coisas para Ele, razão por que buscavam: não fazer o mínimo movimento – enquanto atravessam o rio de forte correnteza.</p> <p>(C) Um ato de fé – como o daqueles romeiros atravessando o rio de forte correnteza – não dispensa em todo caso, que se tomem providências facilitando-se assim, as coisas, para a Providência divina.</p> <p>(D) Entre o temor e a fé, dividiam-se os romeiros, pois a confiança na Providência divina não os eximia de se comportarem, com muita cautela, enquanto estavam na perigosa correnteza do rio.</p> <p>(E) Nem mesmo a fé em Deus dispensou os romeiros, preocupados que estavam com a força da correnteza do rio, de tomar providências práticas para que o barquinho, em sua fragilidade, não viesse a naufragar.</p>

<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá se flexionar numa forma do plural para preencher adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Ao percalço que (haver) de enfrentar, responderam os romeiros com um ato de fé.</p> <p>(B) Aos romeiros não (convir) dificultar as coisas para a Providência divina.</p> <p>(C) Tem gente que só diante dos grandes perigos é que (persignar-se).</p> <p>(D) Aqueles a quem não (mover) a fé abalam-se pelo temor.</p> <p>(E) Não (queixar-se) das águas fortes quem as cruza com fé maior.</p>	<p>18. Considere as frases abaixo:</p> <p>I. De que você se queixe, eu aceito; só não admito de que você não busque superar sua dor.</p> <p>II. A fraqueza de que ele mais acusa em si mesmo é aquela de que muitos de nós não nos conformamos: a covardia.</p> <p>III. A suspeição de que sua doença seja grave só fez crescer o temor de que tenhamos sido injustos com o nosso amigo.</p> <p>O emprego da expressão de que está plenamente adequado APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>16. Estão corretas as formas dos verbos intervir, propor e obter empregadas na frase:</p> <p>(A) Se obtessem tudo o que propuseram, não seria preciso que a polícia tivesse intervindo.</p> <p>(B) Se a polícia não interviesse, eles teriam obtido tudo o que proporam.</p> <p>(C) No caso de a polícia intervir, eles não obterão tudo o que propuseram.</p> <p>(D) Eles só obtiveram o que propuseram porque a polícia não interviu.</p> <p>(E) O fato de a polícia ter intervindo evitou que obtessem o que antes propuseram.</p>	<p>19. Quanto à necessidade ou não de utilização do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) O processo correrá às expensas do denunciante, a menos que a isto se oponha a autoridade do Ministro, de cuja decisão nenhuma parte poderá vir a recorrer.</p> <p>(B) Em meio as atribuições do processo, uma das testemunhas recusou-se a comparecer a sessão, alegando à autoridade judicial, num simples bilhete à lápis, que estava acamada.</p> <p>(C) À despeito de haver provas contundentes, o juiz decidiu inocentar àquela velha senhora, a quem não falta malícia: viram quando se pôs à soluçar?</p> <p>(D) Sem advogado, o rapaz ficou à deriva, enquanto o juiz designava como sua defensora à jovem bacharel, que ainda não se submetera à uma prova de fogo, como aquela.</p> <p>(E) Ele ficou à distância, em meio as profundas hesitações que a ausência da testemunha lhe provocou: se ela não chegasse, poderia ele aspirar à que fosse adiada a sessão?</p>
<p>17. <i>Somente no caso de preenchimento deste formulário dá-se garantias do bom funcionamento do aparelho.</i></p> <p>A frase em que se corrigem a má redação e a falta de clareza da advertência acima é:</p> <p>(A) Somente no caso de se preencher este formulário garante-se o bom funcionamento do aparelho.</p> <p>(B) As garantias deste aparelho só se dão no caso de que preencham este formulário.</p> <p>(C) A validade deste termo de garantia do aparelho só se dará no caso de ser preenchida.</p> <p>(D) Este termo de garantia do aparelho só terá validade quando devidamente preenchido.</p> <p>(E) A garantia deste aparelho só terá validade caso seu termo for devidamente preenchido.</p>	<p>20. Está adequado o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Salvo melhor juízo, é indiscutível que partilhamos do mesmo julgamento: teus argumentos vêm <u>de encontro</u> aos meus.</p> <p>(B) A menos que você <u>retifique</u> seu voto, passando a acompanhar-nos em nossa decisão, não haverá como mantê-lo em nosso partido.</p> <p>(C) Em vista da notoriedade de seu mau caráter, ninguém se surpreendeu quando <u>assumiu</u> a responsabilidade pela trapaça que havia feito.</p> <p>(D) Ele se mostra <u>transigente</u> apenas nos casos em que não lhe convém arredar pé da posição que esteja defendendo com o habitual denodo.</p> <p>(E) A unanimidade na aprovação só foi alcançada porque a bancada de oposição reviu seu voto, <u>ratificando</u> a decisão do líder, renitente adversário do projeto.</p>

<p>21. O principal componente da placa-mãe de um microcomputador é denominado</p> <p>(A) BIOS.</p> <p>(B) processador.</p> <p>(C) clock.</p> <p>(D) chipset.</p> <p>(E) cache.</p>	<p>26. No Windows, as teclas CTRL, ALT ou SHIFT podem ser mantidas ativadas (até que se pressione outra tecla) por meio das teclas de</p> <p>(A) filtragem.</p> <p>(B) alternância.</p> <p>(C) aderência.</p> <p>(D) atalho.</p> <p>(E) travamento.</p>
<p>22. O equipamento capaz de detectar e, se necessário, desconectar da rede as estações com problemas denomina-se</p> <p>(A) switch.</p> <p>(B) roteador.</p> <p>(C) gateway.</p> <p>(D) backbone.</p> <p>(E) hub inteligente.</p>	<p>27. No Word, NÃO é permitido</p> <p>(A) dividir células na horizontal.</p> <p>(B) dividir células na vertical.</p> <p>(C) mesclar células na vertical.</p> <p>(D) dividir tabelas na horizontal.</p> <p>(E) dividir tabelas na vertical.</p>
<p>23. A tecnologia da Microsoft que fornece conteúdo interativo nas páginas da Web denomina-se</p> <p>(A) ActiveX.</p> <p>(B) Active Desktop.</p> <p>(C) Hyperlink.</p> <p>(D) ASP - Active Server Pages.</p> <p>(E) IIS - Internet Information Services.</p>	<p>28. A utilização de páginas na orientação retrato e paisagem no mesmo documento Word é possível com</p> <p>(A) layout diferente na primeira página.</p> <p>(B) layout diferente entre as páginas pares e ímpares.</p> <p>(C) quebra de página inserida.</p> <p>(D) quebra de sessão inserida.</p> <p>(E) quebra de coluna inserida.</p>
<p>24. Um banco de dados organizado em estruturas lógicas dimensionais cujas informações são voltadas para o processo decisório e para áreas específicas denomina-se</p> <p>(A) data warehouse.</p> <p>(B) data mining.</p> <p>(C) data mart.</p> <p>(D) business intelligence.</p> <p>(E) competitive intelligence.</p>	<p><u>Instruções:</u> As questões 29 e 30 referem-se à planilha de Excel.</p> <p>29. As células A1 e A2 selecionadas contêm, respectivamente, os valores 1 e 2. Após arrastá-las pela alça de preenchimento até a célula E2, esta célula será preenchida com</p> <p>(A) 2.</p> <p>(B) 3.</p> <p>(C) 4.</p> <p>(D) 5.</p> <p>(E) 6.</p>
<p>25. A nova tecnologia denominada <i>Bluetooth</i> utiliza um padrão de redes sem fio que</p> <p>(A) transmite informações via celular.</p> <p>(B) opera com equipamentos à curta distância.</p> <p>(C) opera com equipamentos à longa distância.</p> <p>(D) transmite informações via Internet de banda larga.</p> <p>(E) implementa conexão de banda larga para Intranet.</p>	<p>30. Dadas as células B1=5, C1=4, D1=3, E1=2 e F1=1, o resultado da fórmula =B1+C1*D1-E1/F1, na célula A1, será</p> <p>(A) 9.</p> <p>(B) 15.</p> <p>(C) 21.</p> <p>(D) 25.</p> <p>(E) 54.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O decreto

- I. será autônomo quando produza efeitos gerais e discipline matéria não regulamentada em lei.
- II. inominado é ato normativo originário quando comparado à lei.
- III. que produzir efeitos gerais será regulamentar, quando expedido nos termos da Constituição Federal, para fiel execução da lei.
- IV. somente poderá ser considerado ato administrativo propriamente dito quando tiver efeito concreto, enquanto que o decreto geral é ato normativo.
- V. é a forma de que se revestem os atos individuais ou gerais emanados dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

32. Para a contratação de serviços relativos ao patrimônio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, a licitação

- (A) é facultativa, ficando a critério do Administrador, que poderá utilizar-se das modalidades de convite ou de concurso.
- (B) será obrigatória, a fim de que seja assegurada a observância do princípio constitucional da isonomia.
- (C) é dispensável, desde que o profissional ou sua empresa sejam de notória especialização.
- (D) será dispensada, porém é imprescindível a natureza singular do serviço.
- (E) é inexigível, desde que o profissional seja de notória especialização e o serviço de natureza singular.

33. A vacância do cargo público poderá acontecer

- (A) sob a forma de exoneração, a exemplo do desligamento do servidor da Administração com caráter punitivo.
- (B) com ou sem extinção do vínculo, a exemplo da aposentadoria e da readaptação, respectivamente.
- (C) como espécie de demissão, que consiste no desligamento do servidor da Administração, sem caráter punitivo.
- (D) com a posse em outro cargo, não acumulável, caracterizando a transferência como forma de provimento.
- (E) também na qualidade de reversão, reintegração ou recondução do servidor em outro cargo.

34. Para definir o ato administrativo é necessário considerar, dentre outros dados, que

- (A) é sempre passível de controle privado.
- (B) é manifestação exclusiva do Poder Executivo.
- (C) produz efeitos administrativos mediatos, assemelhando-se à lei.
- (D) produz efeitos jurídicos imediatos.
- (E) sujeita-se de regra, ao regime jurídico civil.

35. No que tange ao princípio da legalidade, a Administração Pública

- (A) é limitada em face dos direitos subjetivos, vinculando-se à lei como medida de exercício do poder.
- (B) deverá, desde que presente o interesse coletivo, atuar *praeter legem*.
- (C) poderá, desde que presente o interesse público, atuar *contra legem*.
- (D) fica restrita à fiscalização e ao controle jurisdicional de sua atuação.
- (E) deverá revogar os atos ilegais que praticar, desde que o particular seja indenizado.

36. Um dos efeitos decorrente da presunção de veracidade do ato administrativo é o de que

- (A) haverá imposição a terceiros em determinados atos, independentemente de sua concordância ou aquiescência.
- (B) não há a inversão absoluta ou relativa do ônus da prova, cabendo à Administração Pública demonstrar sua legitimidade.
- (C) o Judiciário poderá apreciar *ex officio* a validade do ato, tendo em vista o interesse público relevante.
- (D) ele (ato) produzirá efeitos da mesma forma que o ato válido, enquanto não decretada sua invalidade pela própria Administração ou pelo Judiciário.
- (E) o destinatário será impelido à obediência das obrigações por ele (ato) impostas, sem necessidade de qualquer outro apoio.

37. Considere as espécies de ato administrativo:

- I. O Prefeito Municipal confere licença ou autorização para construção de um prédio comercial.
- II. O Secretário de Segurança Pública edita ato proibindo a venda de bebida alcoólica durante as eleições para mandatos políticos.
- III. O presidente do Banco Central expede orientação sobre o programa de desenvolvimento de áreas integradas do Nordeste.

Esses atos referem-se, respectivamente,

- (A) ao alvará, à resolução e à circular.
- (B) à resolução, à circular e à instrução.
- (C) ao alvará, à instrução e ao aviso.
- (D) à ordem de serviço, à portaria e à resolução.
- (E) ao alvará, ao aviso e à portaria.

38. Em relação ao ato administrativo,

- I. sua revogação funda-se na ilegalidade do ato e pode ser total ou parcial.
- II. a anulação funda-se em razões de oportunidade e conveniência e decorre do processo judicial.
- III. sua revogação é ato da própria Administração.
- IV. a anulação pode ser ato da própria Administração ou deriva de decisão judicial.
- V. a revogação gera efeito *ex nunc*, enquanto que anulação produz efeito *ex tunc*.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

<p>39. "Y", servidor público do Tribunal Regional do Trabalho foi designado para substituir "Z", que está regularmente afastado de sua função de dirigente de unidade. Nesse caso, "Y"</p> <p>(A) assume isolada ou cumulativamente, com ou sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", e com a remuneração acrescida de vinte por cento.</p> <p>(B) não poderá assumir o exercício do cargo de "Z", porque essa unidade administrativa está organizada em nível de assessoria.</p> <p>(C) deve assumir isoladamente, com prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(D) assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo de "Z", devendo optar pela remuneração de um deles.</p> <p>(E) pode assumir o exercício isolado do cargo de "Z", porque a unidade está organizada em nível de assessoria, mas sua remuneração original não pode ser alterada.</p>	<p>42. A Constituição Federal estabeleceu que "não haverá juízo ou tribunal de exceção". Analisando esse preceito, pode-se dizer que</p> <p>(A) não é possível, para dirimir conflitos fundiários, a designação, pelos Tribunais de Justiça, de juízes com competência exclusiva para questões agrárias.</p> <p>(B) o Tribunal do Júri, a partir da atual Constituição, acha-se em situação de duvidosa constitucionalidade, em virtude de os jurados não serem juízes togados.</p> <p>(C) aí está o princípio do juiz natural, segundo o qual somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais anteriormente previstos na Constituição têm o poder de julgar.</p> <p>(D) as Justiças Militares são uma excrescência, representando sua existência uma flagrante inconstitucionalidade, por se tratar, por excelência, de um tribunal de exceção.</p> <p>(E) a Constituição Federal não aceita mais as justiças especializadas contempladas pelas leis de organização judiciária, visto que elas se enquadram na proibição de juízos de exceção.</p>
<p>40. O servidor público que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus à passagens e</p> <p>(A) indenização de serviço extraordinário.</p> <p>(B) ajuda de custo.</p> <p>(C) diárias.</p> <p>(D) indenização especial.</p> <p>(E) gratificação de moradia.</p>	<p>43. O controle externo das contas públicas, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. As decisões desse Tribunal, de que resultem imputação de débito ou multa,</p> <p>(A) terão, com todas suas características, eficácia de um título executivo.</p> <p>(B) serão equivalentes a uma conclusão técnico-jurídica, sem representar um julgado.</p> <p>(C) terão o valor de parecer normativo contrário às contas examinadas.</p> <p>(D) terão a natureza de decisão declaratória, sem eficácia de título executivo extrajudicial.</p> <p>(E) terão apenas eficácia moral, visto que não há poder para executá-las.</p>
<p>41. Um cirurgião-dentista teve contra si deferida uma busca e apreensão de objeto que deve ser encontrado em seu consultório. Mesmo sendo dia, o dentista não permitiu que a busca fosse feita. Nesse caso, o agente executor da ordem</p> <p>(A) não dependerá da anuência do dono, nem de mandado judicial, para ingressar no local, porque a eventual apreensão poderá demonstrar a ocorrência de crime.</p> <p>(B) não dependerá da anuência do dono, nem de mandado judicial, para ingressar no local, porque o consultório dentário é local acessível ao público.</p> <p>(C) poderá ingressar no consultório, mesmo contra a vontade do dono e sem portar mandado judicial, porque o consultório de dentista não é domicílio, não gozando de proteção especial.</p> <p>(D) poderá ingressar no consultório, mesmo contra a vontade do dono, se estiver de posse de mandado judicial.</p> <p>(E) não dependerá da anuência do dono, nem de mandado judicial, para ingressar no local, porque a eventual apreensão poderá ensejar a prisão em flagrante do dentista.</p>	<p>44. A Constituição Federal reconhece as línguas dos índios (art. 231, <i>caput</i>) e assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas (art. 210, § 2º). De outra parte, afirma que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. Assim,</p> <p>(A) só a língua portuguesa é oficial e as línguas indígenas podem ser usadas privadamente, mas, por exemplo, não pode haver educação nessas línguas.</p> <p>(B) a língua oficial do país é o português, mas, nas comunidades indígenas, a língua materna tupi-guarani também é oficial, ao lado daquela.</p> <p>(C) cada comunidade indígena tem sua língua como oficial ao lado da língua portuguesa, que é a única oficial nacional.</p> <p>(D) temos tantas línguas oficiais quantas são as línguas indígenas, além da oficial língua portuguesa, todas utilizáveis no território nacional.</p> <p>(E) temos uma única língua oficial e, nas comunidades indígenas, as línguas maternas também são reconhecidas e podem ser utilizadas, mas a oficial é a língua portuguesa.</p>

<p>45. Os recursos naturais da plataforma continental são bens que pertencem</p> <p>(A) à União Federal e ao Estado de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(B) ao Estado de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(C) ao Município de cujo território é prolongamento natural.</p> <p>(D) à União Federal.</p> <p>(E) ao Estado e ao Município de cujo território é prolongamento natural.</p>	<p>49. A Constituição Federal adota o princípio da unicidade sindical, que significa a</p> <p>(A) vedação de criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional, na mesma base territorial.</p> <p>(B) proibição para que um trabalhador ou um empregador esteja inscrito ou associado em mais de uma organização sindical da categoria.</p> <p>(C) permissão para que uma organização sindical de determinada categoria represente a todos os associados da categoria, no mandado de segurança coletivo, como se fossem uma só pessoa.</p> <p>(D) legitimação para que uma organização sindical, representando determinada categoria, assuma sozinha a autoria e promova a ação civil pública em defesa de todos.</p> <p>(E) autorização para que uma organização sindical de determinada categoria promova o dissídio coletivo representando a todos da mesma categoria e agindo como se fosse uma única pessoa.</p>
<p>46. Em país vizinho, antes da realização do segundo turno da eleição para Presidente da República, um dos concorrentes desistiu da disputa. Se o mesmo fato acontecesse aqui no Brasil,</p> <p>(A) o remanescente dos dois concorrentes mais votados seria imediatamente declarado eleito.</p> <p>(B) deveria ser convocado para a disputa, dentre os remanescentes, o de maior votação.</p> <p>(C) a eleição seria anulada e uma nova convocada para dentro de cento e vinte dias.</p> <p>(D) o candidato a Vice-Presidente, registrado junto com o desistente, disputaria a eleição.</p> <p>(E) o seu partido ou coligação poderia, livremente, substituí-lo, recompondo a chapa.</p>	<p>50. O Ministério Público goza de inúmeras garantias e prerrogativas em razão de suas altas funções de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Uma dessas garantias é aquela segundo a qual o Procurador Geral da República só pode ser destituído por iniciativa do Presidente da República, que deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta</p> <p>(A) do Congresso Nacional.</p> <p>(B) do Senado Federal.</p> <p>(C) da Câmara dos Deputados.</p> <p>(D) do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) do Colégio de Procuradores da República.</p>
<p>47. O Congresso Nacional rejeitou projeto de emenda constitucional modificando a idade para aposentadoria compulsória. Nesse caso,</p> <p>(A) nova proposta sobre essa matéria ficará sujeita, se aprovada a emenda, à apreciação obrigatória em referendo popular.</p> <p>(B) requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional permitirá a apreciação dessa matéria na mesma sessão legislativa.</p> <p>(C) fica impedida, por dez anos, a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.</p> <p>(D) só a autorização prévia em plebiscito permitirá a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.</p> <p>(E) essa matéria não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p>	<p>51. O contrato de trabalho por prazo determinado</p> <p>I. é válido para atender a realização de certo acontecimento futuro, de previsão aproximada.</p> <p>II. justifica-se quando a natureza do serviço tiver caráter transitório.</p> <p>III. não se descaracteriza pela simples prorrogação por mais de uma vez.</p> <p>IV. pode ser estipulado por prazo superior a 2 anos.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e IV.</p>
<p>48. Em regra, é vedada a acumulação de cargos públicos. Dentre as exceções, é permitida a acumulação, desde que haja compatibilidade de horários, de dois cargos públicos de profissão</p> <p>(A) da justiça, como a de promotor de justiça.</p> <p>(B) da justiça, como a de juiz de direito.</p> <p>(C) da saúde, como a de enfermeiro.</p> <p>(D) de caráter técnico, como a de engenheiro.</p> <p>(E) de caráter científico, como a de pesquisador.</p>	<p>52. Um empregado, admitido em 12/08/2000, foi dispensado em 31 de maio de 2001. Além de outras verbas rescisórias deverá receber o pagamento de férias e a gratificação de Natal, nas seguintes proporções, respectivamente:</p> <p>(A) 10/12 e 10/12.</p> <p>(B) 10/12 e 5/12.</p> <p>(C) 9/12 e 9/12.</p> <p>(D) 8/12 e 8/12.</p> <p>(E) 5/12 e 5/12.</p>

<p>53. A solidariedade de empresas, prevista no parágrafo 2º do artigo 2º da CLT pressupõe que as empresas</p> <p>(A) constituam grupo econômico. (B) desenvolvam a mesma atividade econômica. (C) tenham a mesma personalidade jurídica. (D) tenham os mesmos sócios. (E) se localizem no mesmo município.</p>	<p>59. Com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é correto afirmar que</p> <p>(A) a conta vinculada do trabalhador pode ser movimentada após cinco anos ininterruptos sem créditos. (B) o empregador deverá pagar ao empregado, na rescisão do contrato de trabalho por força maior e por culpa recíproca, multa indenizatória de 20% sobre todos os depósitos realizados na conta vinculada do FGTS. (C) a conta vinculada do trabalhador temporário não pode ser movimentada por ocasião da extinção normal do contrato de trabalho a termo. (D) o regime do FGTS pode ser estendido, por iniciativa da empresa, aos diretores não empregados. (E) o empregado que se aposenta e continua a prestar serviços à mesma empresa não pode movimentar a conta vinculada do FGTS.</p>
<p>54. O repouso entre duas jornadas de trabalho exige um intervalo mínimo de</p> <p>(A) 1 hora. (B) 2 horas. (C) 8 horas. (D) 10 horas. (E) 11 horas.</p>	<p>60. As novas normas trabalhistas, a partir do momento de sua promulgação, por serem de aplicação imediata,</p> <p>(A) atingem os contratos em curso. (B) não atingem os contratos em curso. (C) são sempre retroativas. (D) não garantem o direito adquirido. (E) sujeitam-se à vontade das partes contratantes.</p>
<p>55. A habitação, a alimentação, o transporte e o vestuário fornecidos por força do contrato ou do costume ao empregado pelo empregador constituem</p> <p>(A) salário complessivo. (B) sobre-salário. (C) salário <i>in natura</i>. (D) gratificações ajustadas. (E) salários em espécie.</p>	<p>61. Segundo a CLT, havendo acordo, as custas da reclamação</p> <p>(A) não são cobradas. (B) são reduzidas pela metade. (C) são reduzidas em um terço. (D) são atribuídas ao reclamante, que fica isento do pagamento. (E) são devidas em partes iguais pelos litigantes, não havendo convenção diversa.</p>
<p>56. Há suspensão do contrato de trabalho na hipótese de afastamento do empregado em virtude de</p> <p>(A) aposentadoria por invalidez. (B) licença por motivo de casamento. (C) licença paternidade. (D) licença por motivo de luto. (E) realização de exame vestibular.</p>	<p>62. De acordo com a CLT, nos processos trabalhistas, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as seguintes exceções:</p> <p>(A) incompetência e impedimento. (B) incompetência e suspeição. (C) impedimento e coisa julgada. (D) impedimento e litispendência. (E) coisa julgada e competência.</p>
<p>57. O <i>factum principis</i> ocorre quando há</p> <p>(A) falência da empresa. (B) extinção da empresa. (C) extinção da empresa por motivo de força maior. (D) paralisação temporária do trabalho por motivo de força maior. (E) paralisação temporária ou definitiva do trabalho por intervenção do Estado.</p>	<p>63. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando</p> <p>(A) for argüida por quem lhe tiver dado causa. (B) for argüida em recurso ordinário. (C) ficar evidente a intenção de procrastinar o feito. (D) resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes. (E) se tratar de incompetência de foro.</p>
<p>58. São consideradas de sobreaviso as horas</p> <p>(A) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador dentro das dependências da empresa, remuneradas com 50% de acréscimo sobre o salário normal. (B) em que o empregado permanece à disposição do empregador em horário de trabalho, porém aguardando ordens, não se integram ao salário nem possuem qualquer acréscimo. (C) extras, acrescidas do adicional normativo. (D) em que o trabalhador permanece à disposição do empregador além de seu horário normal de trabalho, aguardando ordens, remuneradas à razão de 1/3 do salário normal. (E) necessárias ao deslocamento até o local de trabalho e vice-versa e que integram a jornada de trabalho.</p>	

<p>64. Em uma reclamação trabalhista, não tendo comparecido uma das testemunhas que a reclamada pretendia ouvir, o juiz indeferiu seu pedido de adiamento de audiência e encerrou a instrução, com os protestos do advogado da ré. O procedimento adequado do advogado da empresa será</p> <p>(A) interpor recurso ordinário com preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, se a ação for julgada procedente.</p> <p>(B) exigir do juiz a reconsideração daquela decisão no prazo de 48 horas.</p> <p>(C) impetrar mandado de segurança, sendo desnecessário aguardar o julgamento da ação.</p> <p>(D) interpor agravo de instrumento que será processado em autos apartados.</p> <p>(E) interpor correição parcial no prazo de 5 dias observando o Regimento Interno do Tribunal.</p>	<p>67. Com relação aos atos processuais, é correto afirmar que</p> <p>(A) realizam-se em dias úteis até às 18 horas.</p> <p>(B) as certidões dos processos trabalhistas sempre dependem de despacho do juiz.</p> <p>(C) as audiências não podem ultrapassar o período de seis horas consecutivas, salvo quando houver matéria urgente.</p> <p>(D) a reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo.</p> <p>(E) apenas em casos excepcionais e mediante autorização expressa do juiz, a penhora pode ser realizada até às 20 horas.</p>
<p>65. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Decididos os embargos à execução e mantida a penhora sobre os bens do devedor, é cabível a apresentação de agravo de instrumento ao TRT.</p> <p>II. Cabe agravo de instrumento contra o despacho que não receber agravo de petição.</p> <p>III. O julgamento do agravo de petição, quando se tratar de decisão do juiz de primeira instância, competirá a uma das Turmas do TRT.</p> <p>IV. A interposição de agravo de instrumento suspende de imediato a execução da sentença.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>68. No procedimento sumaríssimo, os prazos para solução do processo, manifestação sobre o laudo pericial e apresentação de razões finais são, respectivamente, de</p> <p>(A) 15 dias, 5 dias comuns, não há razões finais.</p> <p>(B) 15 dias, 5 dias para cada parte, 10 minutos.</p> <p>(C) 20 dias, a critério do Juiz, 15 minutos.</p> <p>(D) 20 dias, a critério do Juiz, não há razões finais.</p> <p>(E) 30 dias, 5 dias comuns, 20 minutos.</p>
<p>66. Um reclamante ajuíza ação trabalhista pretendendo o pagamento de horas extras. Em defesa, a reclamada reconhece a jornada declinada pelo autor, juntando aos autos prova da existência de regular acordo escrito prevendo a prorrogação de jornada, em decorrência da supressão do trabalho aos sábados. Nesse caso, a ré opôs fato</p> <p>(A) extintivo do direito do autor.</p> <p>(B) impeditivo do direito do autor.</p> <p>(C) modificativo do direito do autor.</p> <p>(D) que contém prova negativa.</p> <p>(E) que contém prova emprestada.</p>	<p>69. No processo do trabalho, a compensação</p> <p>(A) pode ser feita entre parcelas decorrentes de títulos diferentes.</p> <p>(B) não pode ser aplicada, tendo em vista a natureza alimentar dos salários.</p> <p>(C) só pode ser alegada como matéria de defesa.</p> <p>(D) só pode ser alegada enquanto não for proferida a sentença.</p> <p>(E) pode ser alegada na fase de liquidação da sentença.</p> <p>70. A revisão das decisões que fixarem condições de trabalho poderá ser pleiteada após</p> <p>(A) um ano de sua vigência.</p> <p>(B) seis meses de sua vigência.</p> <p>(C) dezoito meses de sua vigência.</p> <p>(D) vinte meses de sua vigência.</p> <p>(E) dois anos de sua vigência.</p>